

Estado de Goiás  
Polícia Militar  
Academia de Polícia Militar  
Curso de Aperfeiçoamento de Oficiais

Integração da Polícia Militar de Goiás  
E a Comunidade como fator Inibidor  
de Delinquência

João Felipe de Almeida

Goiânia - 1994

JOÃO FELIPE DE ALMEIDA CAP. PM.

INTEGRAÇÃO DA POLÍCIA MILITAR DE GOIÁS E A  
COMUNIDADE COMO FATOR INIBIDOR DA DELINQUÊNCIA

*Monografia apresentada à Academia de Polícia  
Militar do Estado de Goiás, para aprovação  
no Curso de Aperfeiçoamento de Oficiais, sob  
a orientação do Cel. PM. Ademir Bernardo Cos  
ta.*

ACADEMIA DE POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE GOIÁS  
GOIÂNIA - 1994

---

BAPM

Estado do Goiás  
ACADEMIA DE POLÍCIA MILITAR  
BIBLIOTECA

A minha esposa Maria Vitória Gomes de Almei  
da e filhos, pela compreensão, dedicação e  
incentivo, que proporcionaram em todos os  
momentos deste curso, desejando-me felicida  
de e bom êxito.

"O policiamento comunitário constitui-se no trabalho participativo entre a Polícia e P<sup>u</sup>blico que respeita as leis, para prevenir o crime, prender os marginais, encontrar solu<sup>ç</sup>ões para os problemas e melhorar a qualida<sup>d</sup>e de de vida da população.

(Lee P. Brown)

## S U M Á R I O

|                                                          |    |
|----------------------------------------------------------|----|
| INTRODUÇÃO.....                                          | 1  |
| I - EMBASAMENTO TEÓRICO.....                             | 5  |
| II - CONSELHO COMUNITÁRIO DE SEGURANÇA.....              | 17 |
| III - SETORES DO POLICIAMENTO OSTENSIVO.....             | 24 |
| IV - POLICIAMENTO COMUNITÁRIO.....                       | 29 |
| V - AÇÃO CÍVICO SOCIAL (ACISO).....                      | 33 |
| VI - PM/TUR - SEGURANÇA E INFORMAÇÕES TURÍSTICAS.....    | 37 |
| VII - O ESPORTE COMO FATOR INIBIDOR DA DELINQUÊNCIA..... | 41 |
| VIII - SEGURANÇA ESCOLAR.....                            | 44 |
| IX - PROGRAMA DE APOIO AO ADOLESCENTE-INFANTE.....       | 46 |
| CONCLUSÃO.....                                           | 48 |
| BIBLIOGRAFIA.....                                        | 53 |
| ANEXOS.....                                              | 54 |

## INTRODUÇÃO

As Corporações Policiais Militares do País passaram como as demais instituições sociais, por um período de exceção, em decorrência de movimento político revolucionário, tendo sofrido, em consequência, profundas modificações no exercício prático de suas destinações.

As Polícias Militares se aquartelaram e restringiram-se a ações mais voltadas para repressão, em função de atividades e movimentos de cunho ideológico e de grave perturbação da ordem.

O fato contribuiu, marcadamente, para o afastamento da comunidade, das instituições policiais militares pela incompreensão mútua, pela falta de apoio para suas ações e pela não aceitação.

Movidas pela abertura política e recondução do regime democrático, as Polícias Militares, passaram a enxergar uma nova realidade, premiadas também pelo crescimento da violência urbana, em função do crescimento populacional.

Ora, os problemas de segurança pública sempre tiveram suas origens e causas no seio da própria comunidade, sendo que

---

o momento político hodierno, com a reconquista das liberdades democráticas e, ainda, tendo em vista a grave crise econômico-financeira por que atravessa o País, como de resto as demais nações do mundo, estes problemas tendem a se avolumar cada vez mais, exigindo dos organismos encarregados da manutenção da ordem, a adoção de uma estratégia diferenciada e que resulte em soluções mais eficazes.

Verificou-se, de pronto, que as soluções só seriam viabilizadas pela promoção de uma integração da corporação com a comunidade, como forma de lhe reconquistar a confiança, o apoio e a aceitação para a sua missão, revertendo, desta maneira, o quadro antes instalado, de repúdio, incompreensão e desconfiança.

Iniciou-se pela reconquista desta confiança junto ao público interno. Procurou-se, desde o princípio, detectar seus anseios e aspirações bem assim, as causas das boas e más relações entre seus membros, mediante a realização de uma pesquisa interna que, após tabulados os dados coletados, serviu-nos como fonte para elaboração de programas destinados à implantação de um novo padrão comportamental do policial militar.

Cursos de reciclagem em todos os níveis do escalão hierárquico foram realizados; redirecionamento dos currículos de formação e aperfeiçoamento com vistas a uma melhor qualidade de mão-de-obra, mais humanizada e melhor preparada técnica e profissionalmente.

Concomitantemente, projetos e programas foram elaborados de maneira a permitir a integração proposta, como fator primordial para a inibição da delinquência, ou seja: a criação implan

---

tação dos Conselhos Comunitários de Segurança, Setores de Policiamento e Policiamento Comunitário, Ação Cívico Social (ACISO), PM-TUR Segurança e Informações Turísticas, o Esporte como fator inibidor da delinquência, Segurança Escolar e Programa de apoio ao adolescente-infante.

Diante deste quadro supracitado, o presente trabalho de natureza técnico-profissional foi elaborado com a finalidade de explorar o assunto exposto que, reputando-se ser de suma importância para a eficácia das atividades da PMGO, sempre esteve na pauta das discussões de vários segmentos da sociedade e apontado como uma das grandes contribuições para a redução da criminalidade: A Integração da Comunidade no Trabalho da PMGO.

Convém ressaltar que para analisar a situação problemática, na qual o tema se insere, foi desenvolvido o estudo no Quartel do 6º BPM, localizado na cidade de Fortaleza, Estado do Ceará.

Os dados foram levantados a partir de uma pesquisa, com Oficiais e Praças da Unidade, bem como com Presidentes de Associações e a população.

Foi utilizado como fontes primárias, questionários e roteiros de entrevistas e, como fontes secundárias, consultas nos livros sobre o assunto, além de trabalhos realizados na Corporação, relacionados com o tema.

O que se vê na atualidade é a população se organizando e se mobilizando cada vez mais para a criação de comunidades, por meio de associações de bairros, conselhos comunitários, clubes e órgãos representativos de classes, a fim de se manifestar a

---

respeito de seus anseios e dificuldades, tentando, com isso angariar seu bem-estar. E um dos assuntos de maior evidência nas mesas de reuniões dessas entidades é a questão da Segurança Pública.

O objetivo é despertar no comando da PMGO, através deste trabalho, a conscientização da necessidade de imprimir maior atenção no que se refere à Integração PM/Comunidade como fator inibidor da delinquência.

Pois, se repassado o seu conteúdo para os policiais miliitares que trabalham nos diversos tipos de atividades da OPM, tenho a convicção de que alguma coisa de proveitosa existe nesta pesquisa, seja do ponto de vista preventivo, quando a polícia se alia à comunidade para dar orientação para prevenir, ou como solucionar problema, ou do ponto de vista repressivo, quando a polícia se volta puramente para o campo operacional, evitando a delinquência.

---

## I - EMBASAMENTO TEÓRICO

No esforço da procura da integração com a comunidade, a Polícia Militar carece, de toda forma, contar com a participação coesa de todos os que integram suas fileiras. Instituição Social que é, ligada, umbilicalmente, à comunidade, imprescindendo conhecimento das técnicas e dos princípios do ato comunicativo para ver consumada esta integração. Através de uma constante interação com o ambiente, propiciará a que se amplie, em escala cada vez maior, o campo de experiências comuns a ela, Corporação, e ao objetivo de sua atenção maior, a sociedade, e em cujo interior serão elaboradas as mensagens destinadas a consecução da compreensão e do apoio para sua missão. Quanto maior for este campo, melhormente, serão assimiladas e compreendidas as mensagens de ambas as partes.

Através do processo comunicativo, idéias, pensamentos e sentimentos são tornados comuns. É a busca do consenso pela discussão da controvérsia.

Nos dias atuais, quando o mundo transformou-se numa "aldeia global" e onde a informação, como produto do processo da comunicação, passou a ocupar lugar de importância vital, organi

zação nenhuma poderá se fazer ao largo, em especial aquelas, cuja destinação primeira é a prestação de serviços. (McLUHAN, 1980, p. 16)

Neste contexto, a Polícia Militar se destaca, em razão da natureza de sua missão, o que implica intenso e constante relacionamento com o público e para o que, seus integrantes devem estar, adredemente, preparados.

O policial militar, em função de seu desiderato, precisa, continuamente, elaborar mensagens dirigidas a indivíduos das diversas camadas da estratificação social, do que se infere a idéia da necessidade de dispor de um amplo campo de experiências que permita intercessão com os campos de experiência dos indivíduos de todas as classes sociais.

No ato de comunicar, a fonte e o emissor, ao confundir-se, produzem no receptor — destino, igualmente sobrepostos, os efeitos de sua intenção. E para tal, devem levar sempre em conta as condições em que a mensagem é elaborada e recebida.

Sob o prisma da Sociologia a comunicação identifica-se com o próprio processo social básico — a interação.

Se para desincumbir-se de sua tarefa o policial militar precisa estar sempre interagindo com o ambiente, influenciando-o e por ele sendo influenciado, o domínio do conhecimento da arte de comunicar-se faz-se condição "sine qua". E este imperativo cresce de importância na medida em que, pela comunicação, seu objetivo maior é a persuasão.

Aristóteles já afirmava que "Comunicação é a procura de todos

---

os meios possíveis de persuasão". E o policial militar, antes de qualquer outra medida que possa tomar no exercício de sua função, deve insistir no ato de persuadir as pessoas a se conduzirem ao lado da lei, em benefício do bem comum.

No campo de atividades de Relações Públicas, integrante do campo da Comunicação Social, a persuasão pela sugestão (efeito do ato comunicativo) ocupa maior espaço em sua aplicação, no escopo de alcançar mudanças de atitudes (predisposição comportamental).

"A preocupação com a opinião pública é parte integrante da ação policial", afirma Celso Feliciano, em sua aula de Processo Decisório (Assuntos Cíveis) do Curso Superior de Polícia da Polícia Militar do Estado de São Paulo. (PM/5 CSP, 1989).

Para o entendimento dessa afirmativa é preciso, antes de tudo, a compreensão dos conceitos de Público, Opinião e Opinião Pública.

"Público é um agrupamento espontâneo, constituído de pessoas, encerrando uma controvérsia ou interesse, com idéias divididas quanto a soluções e medidas a serem adotadas, com oportunidade para discutir e emitir sua opinião, através da interação social ou dos veículos de comunicação". (Sylla Chaves, p. 82)

Este conceito nos mostra o quanto é necessário ao policial militar o conhecimento do ato de comunicar, haja vista que é encarando uma diversidade de interesses individuais controversos e enfrentando idéias as mais variadas quanto as soluções para os inúmeros problemas que há de resolver, que exercitará sua atividade funcional.

Por outro lado, tem que se considerar que um grupo só se faz público na medida em que pode dispor de informações em tal volume, que <sup>o</sup>lhe conduza à controvérsia e assim, à oportunidade de discussão.

É comum ouvir-se expressões como "público favorável" ou "público desfavorável". Ora, se um agrupamento humano só se torna um público se lhe é dado acesso a informações, como poderá ele ser favorável ou desfavorável se lhe não é fornecido o insumo primeiro para sua formação?

A procura da integração da PM com a comunidade, como já afirmei, tem por objetivo, conquistar-lhe a compreensão, a aceitação e o apoio. E isto só se fará possível pela via da informação; dando a conhecer a esta comunidade das razões da sua existência institucional.

E aqui cabe mostrar, de forma abreviada, a teoria da formação da opinião, de Ferdinando Tonnies. Ele afirma que as opiniões passam por três níveis, na sua formação: "Opiniões gasosas - são aquelas que se expressam antes de serem formadas; Opiniões líquidas - são aquelas que se expressam antes do processo de formação no cêrebro humano; Opiniões sólidas - são aquelas que se expressam depois de, convenientemente, formadas por esse mesmo cêrebro". E acrescenta o sábio austriáco que "normalmente, as opiniões nascem, na sua maioria, gasosas ou líquidas e que são raras as pessoas que, por hábito, emitem opiniões sólidas".  
(Penteado, 1969, p. 24)

Se a preocupação com a opinião pública é parte integante da ação policial, como de fato o é, é fundamental que o agente desta ação procure atuar sempre, nos dois primeiros níveis

de expressão da opinião, pois é, exatamente, aí que ele poderá acrescentar informações que contribuam para concretização da opinião pública, de modo favorável à instituição a que pertence.

Daí também, a necessidade de se conhecer o conceito de Opinião: "é a manifestação da pessoa (indivíduo capaz de raciocínio, de auto determinação, de julgamento) não representando nem a verdade em si mesma, nem necessariamente o erro (a admissão do falso pelo verdadeiro), mas simplesmente uma probabilidade, fundada numa decisão individual, tomada com o auxílio da razão e das sensações e que, por isso mesmo, encerra em seu bojo, ainda que queiramos negar, a possibilidade de um juízo diverso". (Walter Ramos Poyares, in: A Opinião do Outro, p. 38)

"(...) a natureza dos povos é vária, sendo fácil persuadi-los de uma coisa, mas sendo difícil firmá-los na persuasão", já afirmava Machiavel. (Machiavel, 1989, p. 47) E esta mutação se dá quando ele pode dispor, de forma constante, de oportunidades de ajuizar valores, idéias e informações.

Horwood Childs, ao orientar sobre as Relações Públicas governamentais, diz: "bem informados os cidadãos sobre o que realiza em seu benefício e pedir sua participação nessas atividades para que eles possam lograr maiores benefícios". E afirma ainda que "(...) o povo é menos relutante em aceitar as decisões importantes tomadas por seus dirigentes se ele sente que, de alguma maneira está tomando parte nessas decisões". (Oliveira, p. 19)

Na tarefa de conduzir as opiniões dos indivíduos no sentido favorável à Corporação é de se levar em conta que o contato mais direto com estes, através da comunicação interpessoal ou

das técnicas e instrumentos da comunicação aproximativa produzirão efeitos mais positivos. O emprego destas técnicas comunicativas permitirá a transferência de informações que interessam à Corporação que a comunidade as detenha, bem assim, as de interesse da própria comunidade.

O policial militar, por estar ligado, pela sua missão à comunidade, bem como, preocupado, pelo mesmo elo, à opinião pública, precisa conscientizar-se de que o sucesso de sua missão dependerá, fundamentalmente, de sua constante interação com o ambiente.

A opinião pública favorável ou não à Corporação constitui fato de suprema importância como influenciadora da segurança subjetiva, necessária ao bem estar e ao desenvolvimento social.

Para o entendimento desta afirmativa mister se faz que detenhamos o conceito de Opinião Pública - "É a manifestação de juízos em tal volume, intensidade e continuidade que resulte na formação de uma corrente capaz de identificar-se no tempo e no espaço". (Natalício de Souza, p. 83)

*"Através de restrições impostas às atividades dos indivíduos, que afetam a coletividade, cada cidadão cede parcelas mínimas de seus direitos à comunidade, e o Estado lhe retribui em segurança, ordem, sossego, higiene, moralidade e outros benefícios públicos, propiciadores do conforto individual e do bem-estar geral". (Meirelles, 1989, p. 114)*

A Polícia Militar, no exercício do Poder de Polícia aqui visto como sendo "o mecanismo de frenagem de que dispõe a administração pública, para conter os abusos individuais" (Ibid, p.

111), está constantemente sujeita a oscilações no conceito que pode fazer ou deixar de fazer a comunidade a que serve.

Como afirmei, inicialmente, o ser humano surgiu sobre a face do planeta com o que há de mais sagrado atributo dado pelo ser Supremo, que é a liberdade. Este dom inalienável que lhe foi conferido, impele-o, de forma natural, a exercitá-lo irresistivelmente.

Esta tendência para a liberdade plena dos indivíduos portanto, é que os induz ao cometimento de comportamentos até certo ponto, egoísticos e que se contrapõem ao seu espírito de agregação.

Ao conceber, ele próprio, regramentos de conduta para sua convivência com outros semelhantes, admite limitações em proveito do bem comum e que afetam e delimitam, por consequência, essa sua tendência para a plenitude natural de sua liberdade.

A Polícia Militar cabe, por destinação constitucional, a função de fiscalizar o cumprimento destas limitações, adredemente, acordadas de maneira que o exercício dos direitos e liberdades individuais não transcenda a barreira legale não viole e invada o campo de direitos e liberdades dos outros indivíduos.

~~Ora, por si só esta tarefa já se faz antipática ante os~~  
olhos dos entes administrados, vez que, cerceadora daquela tendência de que aludi, anteriormente.

Esta aversão natural do indivíduo se faz, consciente ou inconscientemente, a tudo que se lhe oponha como delimitação de

---

sua liberdade.

A instituição Polícia, em especial a Militar, face ao seu aspecto ostensivo, braço visível do Estado, constitui por isto mesmo o alvo principal daquela antipatia, mormente, quando sua missão é desconhecida, ignorada pelos beneficiários de seus serviços.

Um ato arbitrário, fora dos limites dos poderes vinculado e discricionário portanto, de um policial militar, qualquer que seja a posição que ocupe no escalonamento hierárquico, induz à sociedade a tomá-lo como parâmetro de conduta de toda Instituição. Mesmo que, dentro dos limites legalmente estabelecidos, como por exemplo, no estrito cumprimento do dever legal, ocorre a tendência para o desvirtuamento e generalização razão da desinformação, do desconhecimento.

Portanto, a Milícia está, constantemente, à mercê de incompreensões e de conceitos distorcidos; de juízos individuais diversificados que contribuem para que a opinião pública a seu respeito esteja, permanentemente, a oscilar.

Como nenhuma outra Instituição, quer pública ou privada, ela carece de um continuado trabalho junto à comunidade no sentido de que as manifestações de juízo individuais a seu respeito se façam de maneira uníssona e capazes de resultarem na formação de uma corrente, que permita a consubstanciação da segurança subjetiva. Ademais, esta corrente influencia, diretamente no moral da tropa, cujo nível é função da melhor ou pior qualidade de serviço.

Para tal a Polícia Militar pode contar com mecanismos ca

pazes de estabelecer uma certa uniformidade de juízos a seu respeito. Trata-se do emprego dos princípios e das técnicas de Relações Públicas, cuja especificidade se traduz no exercício das atividades de Assuntos Cíveis.

Para o melhor entendimento do emprego destas técnicas e princípios, enunciemos os conceitos estabelecidos por estudos da área.

"Relações públicas é a atividade e o esforço deliberado, planejado, coeso e contínuo da alta administração para estabelecer e manter uma compreensão mútua entre uma instituição pública ou privada e seu pessoal, ou entre uma instituição e os grupos a que esteja direta ou indiretamente ligada". Associação Brasileira de Relações Públicas (Oliveira, p. 26)

"Relações Públicas Governamentais é o método de ação que, através do diálogo planejado e permanente entre governantes e governados, procura determinar o interesse social". (Cândido Teobaldo de Andrade, p. 26)

"Relações Públicas é a função administrativa por meio da qual uma instituição, ora informando quanto a opinião pública, ora pesquisando-a e deixando-se por ela guiar, busca identificar o seu interesse privado com o interesse público, desincumbindo-se de suas obrigações para com a sociedade e conseguindo e mantendo a compreensão, a aquiescência e o apoio desta". (Sylla Chaves, p. 26)

"Assuntos Cíveis é a atividade deliberada, planejada, coesa e contínua da Polícia Militar que, através das Operações Psicológicas, da coordenação da defesa e do apoio cível e do estudo dos assuntos de governo, busca identificar o seu interesse institucional com o interesse público, para melhor desincumbir-se de suas obrigações para com a sociedade e conseguir e manter a compreensão, a aceitação e o apoio da comunidade". (Celso Feliciano de Oliveira, p. 26)

Verifica-se, em todos estes enunciados, a constância dos termos relativos à busca do ajustamento, da identificação, da adequação dos interesses institucional e público, bem como, no que se refere à conquista de uma compreensão mútua entre as partes envolvidas no processo, visando a aceitação e o apoio da co

munidade.

É de se ressaltar que o trabalho de Relações Públicas, como sendo de cunho eminentemente, administrativo, não pode se resumir a acontecimentos episódicos do tipo "semana disto, semana daquilo", mas, da mesma forma que o apoio logístico, igualmente, não pode sofrer solução de continuidade, sob pena de se ver soçobrar a Instituição, no que há de mais importante no sistema — a qualidade da saída.

Como todo ramo da atividade humana, a de Relações Públicas não pode prescindir de um acurado e prévio planejamento e como se refere, por excelência, à administração de conflito de interesses, faz-se imperioso que, se dê especial e prioritária atenção ao público interno.

Preparar o policial militar para o desempenho de seu mister é prepará-lo para exercer o papel de um verdadeiro agente de Relações Públicas da Corporação. É necessário que, nesta tarefa, faça-lhe, em primeira instância, compreender a Instituição e a sua missão, condicionando-o desta forma, transferir para a comunidade dados que lhe permitam, igualmente, entender o papel institucional da Corporação. Compreendendo-a, a comunidade passará a aceitá-la nas suas ações e, em aceitando-a, apoiá-la-á por certo.

A partir da identificação, estudo e análise dos diversos públicos e da pesquisa de suas atitudes, ao constatar desvios de conduta comportamental, o emprego da arma psicológica ensejará o afastamento das causas das más relações e o estabelecimento e manutenção de boas relações, de forma a manter, também, a

---

coesão do processo. A realização de pesquisas, tanto interna como externamente, e de maneira continuada, assegurará a identifição de anseios e frustrações internas e a demanda do ambiente externo, bem assim os pontos de contatos em que se localizam as causas de boas ou más relações, o que permitirá o desencadeamento de ações para mantê-las ou afastá-las.

Pela Coordenação da Defesa e do Apoio Civil (CODAC) se buscará uma mais concreta aceitação e, via de consequência, um mais irrestrito apoio para a desincumbência das obrigações da Corporação para com a comunidade. A discussão em torno dos assuntos de governo serão, semelhantemente, facilitados a partir do emprego das atividades de CODAC.

Todo este trabalho de nada valerá se não se despertar, pela via da motivação, no policial militar, aquilo que lhe é da maior importância — o espírito público. O desejo de bem servir à comunidade é o caminho mais acertado para se alcançar a satisfação da necessidade de auto-realização. É forçoso que se afaste de uma vez por todas a idéia de mercenarismo; de fazer da atividade policial militar um emprego como outro qualquer, que se exerça, unicamente, pela remuneração que se percebe ao final de cada mês.

~~Ao dirigir-se ao seu soberano a respeito das Forças Mili~~  
~~tatares de que deve dispor um príncipe, Machiavel afirmava: "Direi~~  
*pois, que as forças com que um príncipe mantém o seu Estado, são próprias ou mercenárias, auxiliares ou mistas. As mercenárias e auxiliares são inúteis e perigosas. Se alguém tiver o seu Estado apoiado em tal classe de forças não estará nunca seguro; não são unidas aos príncipes, são ambiciosas, indisci*  
*plinadas, infiéis, insolentes para com os amigos, mas covardes perante os*

---

*inimigos (...) Assim, o Estado é espoliado por elas, na paz, e, na guerra, pelos inimigos. A razão disso é que não têm outro amor nem outra força que as mantenham em campo, senão uma pequena paga, o que não basta para fazer com que queiram morrer por ti". (Machiavelli, 1989, p. 75)*

Impõe-se, pois, que se busque internalizar no policial militar, pela via da motivação e do despertar para o espírito público, os aspectos de profissionalização, ocupando maior parte de seu tempo (jornada de trabalho) em atividades próprias de Polícia Militar, evitando-se ao mesmo tempo, que ele faça do exercício de sua função um "bico", pela subobjetivação de seu desiderato.

Enfim, há que se realizar uma constante avaliação dos resultados obtidos e compará-los com o diagnóstico, previamente, estabelecidos. Este procedimento pois, implica a realização constanate de pesquisas de opinião junto ao público interno e no ambiente.

## II - CONSELHO COMUNITÁRIO DE SEGURANÇA

Verifica-se como de fundamental importância para o engajamento da comunidade na busca de soluções para o problema da violência e assim, de um nível de segurança aceitável no seu seio, de forma a permitir seu progresso, procurar despertar em cada um de seus membros o interesse pelos assuntos de natureza pública.

O professor Cândido Teobaldo de Andrade, a propósito do assunto, afirma em sua obra *"para entender de Relações Públicas"*: (...) *mas, muitas vezes há necessidade de despertar o interesse do cidadão, a fim de que ele participe ativamente dos assuntos públicos, pois um bom governo não pode funcionar sem a compreensão popular de suas atividades e processos*". (Leite, 1985, p. 31)

Ora, se se tem procurado alternativas de apoio comunitário para a causa da Corporação é mister que se abandone a postura antiga de passividade e adote-se um comportamento mais "agressivo", indo-se ao encontro dos anseios e interesses do público, ajustando-os, de toda forma, aos interesses institucionais e vice-versa.

Num agregado social qualquer, só se torna público depois

---

de contar com um volume de informações tal, relativo ao objeti  
vo de sua atenção, que lhe permita oportunidade de discussão,  
com vistas ao consenso.

Sabe-se, por outro lado, que a grande maioria da popula  
ção brasileira, em face de sua condição de analfabetismo e, ape  
sar da gama de informações que lhe é posta à disposição, atra  
vés dos veículos de Comunicação de Massa, é por demais carente  
de conhecimentos das normas e leis que regulam a vida do cida  
dão.

Este quadro sofre um gravame maior na medida em que nos  
concentramos nos Estados Membros localizados na Região Nordes  
te, onde o índice de analfabetismo alcança um percentual de mais  
de 50%.

A população dos grandes centros urbanos, é constituída,  
em sua maioria, de indivíduos oriundos da zona rural, enxotados  
ora pelas grandes <sup>X</sup>enchurradas, ora pelo fenômeno das secas <sup>escarvadas</sup> e,  
em sua maior parte, carente de orientações e informações, sem a  
mínima qualificação, o que a torna um alvo fácil da marginaliza  
ção, pela total falta de perspectiva.

Fortaleza, capital do Estado do Ceará, não foge à regra,  
sendo que, nos últimos 20 anos, tem se formado, na periferia,  
~~grandes bolsões de miséria e de subvida,~~ levando as comunidades  
a clamar cada dia mais, por um mínimo de assistência de parte  
do poder público, em especial, no que se refere a segurança.

Ante a possibilidade do agravamento das condições de se  
gurança da comunidade, o Comando Geral da Polícia Militar, con  
tando com a experiência já vivenciada por outras <sup>co-irmãs</sup>co-irmãs, dis

---

pôs-se à elaboração de projetos de mudanças, interna e externamente, que viessem afastar aquela ameaça, iniciando então, pela instituição e implantação em todo Estado, de Conselhos Comunitários de Segurança.

Iniciou-se, como é óbvio, pela preparação da Corporação para enfrentar a novas mudanças, mediante a reciclagem em todos os níveis.

Concomitantemente, foi realizado levantamento de todas as Associações e/ou entidades comunitárias de bairros e demais áreas da Capital e de cidades e distritos interioranos, passando-se em seguida, a visitá-las, levando-se-lhes a idéia de criação dos Conselhos Comunitários de Segurança. Dispensável é, dizer-se da grande acolhida e aceitação.

Referidas visitas e reuniões subsequentes foram sempre feitas com a participação de um oficial da Seção de Assuntos Cíveis (5ª Seção/EM), que se fazia acompanhar do Cmt da área considerada e de um oficial subalterno responsável pelo controle operacional do Setor de Policiamento, de que falarei adiante. Após seguidos contatos, em geral em número de 6 (seis), dependendo da absorção da idéia, passava-se à formalização da representação do Conselho, pela eleição de uma Diretoria Executiva e de um Conselho Deliberativo. O passo seguinte foi a formalização ~~do legal, através do registro em cartório e respectiva publicação~~ do estatuto da entidade.

Cumprida esta etapa, restava agora estimular a realização de reuniões ordinárias, na medida do possível, com a presença dos oficiais Cmt de Setores, que funcionavam como assessores técnicos. No decurso destas seções buscou-se, inicialmente,

---

transferir informações sobre os mais diversos assuntos que, de uma forma ou de outra, tinha ligações com o tema de Segurança Pública e ainda a respeito da real situação da Polícia Militar e de outros órgãos do poder público. Procurou-se também mostrar a responsabilidade que cada integrante da comunidade tinha com a problemática da segurança e o seu papel neste contexto.

Mostrou-se, igualmente, que, da mesma forma que a Corporação se dispunha a repassar-lhes conhecimentos importantes para a consecução de sua segurança, era imprescindível que as pessoas da comunidade também se dispusessem a fornecer dados com respeito ao seu ambiente, de forma a facilitar a ação preventiva da Instituição.

Para tal, fazia-se necessário que cada quarteirão da área de atuação do CSS se fizesse representar num órgão a que se intitulou de Conselho e que nada mais era que a Assembléia Geral da entidade e que, diferentemente de outras entidades, reunia-se quinzenalmente.

É essencial aludir-se ao fato de que os Conselhos Comunitários de Segurança são entidades de direito privado, sem fins lucrativos, sem cor partidária, sem credo religioso e que é integrado por representantes de Associações de Bairros, Clubes de serviço, comerciantes, profissionais liberais, líderes comunitários em geral, diretores de Estabelecimento de Ensino, além de representantes da imprensa e de um assessor técnico da Polícia Militar.

Convém salientar também que, desde o princípio, procurou-se esclarecer do papel da PM no Conselho, e que sua finalidade e objetivo maior era encontrar soluções plausíveis e viáveis para

---

ra os problemas de segurança e identificar fatores ou indutores capazes de influenciar, direta ou indiretamente, no resultado final do processo.

Buscou-se ainda induzir a comunidade a desenvolver seu potencial de realização, susceptível de ser transformado em poder efetivo de progresso.

Tem-se motivado, semelhantemente, a que, por iniciativa própria ou engajando-se em iniciativas de outras entidades, promovam ou participem de campanhas e ciclos de debates educativos, do tipo combate ao tráfico e uso de entorpecentes, segurança e educação de trânsito, doenças sexualmente transmissíveis, segurança escolar, dentre outras.

Magistrados, militantes no Ministério Público, Secretários Estaduais, Municipais, Presidentes de Autarquias de todos os níveis do poder público, dentre outras autoridades têm sido, constantemente, convidados a proferir palestras e a debater sobre temas de interesse da comunidade, por ocasião das reuniões dos CCS.

Todo este trabalho desenvolvido pelos CSS tem resultado em contribuições da maior importância para o cumprimento da missão da Corporação, distinguindo-se, por especial, a produção em considerável volume, de informes e informações de Segurança Pública, bem assim, a elevação do nível de Segurança Subjetiva. Pela relevância das atividades que têm alcançado e pela repercussão no clima de segurança junto à comunidade, o Secretário Estadual de Segurança Pública e o Prefeito Municipal de Fortaleza reservaram espaço semanal em suas pautas para receber e ouvir

---

representações dos Conselhos Comunitários de Segurança, sendo que este último criou, recentemente, uma assessoria especial em seu gabinete, para o trato de assuntos de interesses comunitários ligados a segurança.

A atuação dos CCS deram ainda origem, em todo território estadual, às comunidades regionais de informações, as quais, igualmente integram o Sistema Estadual de Defesa Civil.

Um aspecto de real importância neste contexto é o fato de que os Conselhos criados, inicialmente, e que dispõem de bastante vivência no trato com assuntos pertinentes, desde a instituição, implantação e registro em cartório, até o funcionamento dentro da filosofia estabelecida, têm tomado a iniciativa de estimular a criação de novos colegiados com o mesmo fim, além de acompanhar sua evolução. Já é considerável o número de CCS que têm, gravitando em torno de si, outros CCS de bairros contíguos. Esta nova experiência nos levou a adotar a sistemática para as cidades interioranas de maior porte. Cria-se primeiramente, um Conselho Central de Segurança para, a posteriori, movê-lo a criar os CCS dos demais bairros e distritos do Município considerado.

Concluir-se por afirmar que a criação e funcionamento dos Conselhos Comunitários de Segurança no Estado do Ceará tem representado o passo mais importante para a promoção da integração PM/Comunidade, por tratar-se, na realidade, de um amplo canal de comunicação, uma rua de duas mãos que tem assegurado um fluxo constante de informações de interesse mútuo e ainda, permitindo a continuada mensuração da demanda do ambiente.

---

*se encontraram*  
É certo que ~~encontrou-se~~ e ainda se enfrenta ~~resistências~~ internas em todos os níveis. No entanto, para fazer frente a estas barreiras, o Comando Geral tem determinado o comparecimento de oficiais de todos os postos e escalões de comando e de órgãos de direção geral e setorial, bem assim os de execução, às reuniões dos CCS, devendo os mesmos apresentarem relatórios conclusivos e sugestões, o que tem produzido efeitos relevantes e removido dúvidas. Os alunos dos diversos cursos de formação e aperfeiçoamento e superior de Polícia tem recebido como tarefa, a participação em reuniões, pesquisas, avaliação e apresentação de críticas e sugestões quanto ao funcionamento dos CCS e sua contribuição para a solução dos problemas da violência.

---

### III - SETORES DO POLICIAMENTO OSTENSIVO

A cultura dominante nas Corporações Policiais Militares sempre foi a de enfatizar mais o seu aspecto militarista, em detrimento de seu desiderato primeiro, por força de diferenciados fatores, já tão do conhecimento de quantos se dedicaram ao estudo e à pesquisa neste campo. No decurso do período de exceção, no entanto, esta característica evidenciou-se mais ainda, através de ações de combate a guerrilha urbana e rural e de controle de distúrbios.

Suas atuações voltadas para o campo de segurança preventiva se rarificaram ainda mais, vez que as tropas mantinham-se em permanente alerta para a possibilidade de terem que ser empenhadas em casos de movimentos que conduziam à grave perturbação da ordem.

A maior parte do tempo, portanto, estiveram ou aquarteladas ou em linha de confronto com a comunidade e isto contribuiu para um afastamento maior ainda de ambas as partes, gerando um quadro de repulsa, incompreensão, desconfiança e até de temor por parte do povo.

A estrutura militarista não permitia, por exemplo, que

---

um oficial subalterno estivesse à frente do comando de uma fra  
ção de tropa menor que um pelotão, numa ação de policiamento os  
tensivo. Por conseguinte, dificilmente, o oficial se dispunha a  
ir para as ruas, interagir com o ambiente, mensurar a demanda.  
As soluções para os problemas eram sempre impostas de cima para  
baixo, de dentro para fora e os planejamentos elaborados sem ne  
nhum conhecimento da realidade operacional portanto, fadados ao  
insucesso, pois, totalmente, divorciados dos interesses comuni  
tários.

A abertura política e o retorno ao exercício do direito  
democrático, da liberdade de expressão e de pensamento veio en  
contrar uma Polícia Militar sem o menor preparo para esta nova  
realidade político social, enquanto que, de parte da comunida  
de, agora livre dos grilhões que a cerceavam, também não estava  
em condições de desfrutar, com responsabilidade, da liberdade  
conquistada. Ressentimentos e traumas juntos foram colocados à  
mostra e o alvo preferencial foi a Polícia Militar. E deste cam  
po fértil de desentendimentos e incompreensões quem mais tirou  
proveito foi a imprensa que, igualmente, longe de entender o  
real papel social que lhe cabia no contexto, até porque também  
esteve, durante muito tempo, sob cerrada censura, passou a con  
tribuir muito mais com notícias desencontradas e descompromissa  
das com o cerne verdadeiro de cada questão, que com a geração  
de um ambiente de segurança subjetiva, pela informação para for  
mação da opinião pública.

O crescimento é resultante da conjugação de fatores e do  
somatório de esforços das partes envolvidas no processo. Portan  
to, ninguém cresce sozinho, isoladamente.

---

Ante essa acertiva, cabia, pois, às Polícias Militares, tomar a iniciativa, analisando-se, interiormente, para disporem-se às mudanças. Urgia a introjeção de um novo sistema de valores, calcado na necessidade de se promover uma aproximação entre o povo e a Polícia Militar, capaz de gerar uma ambiência para o crescimento mútuo. Sair dos quartéis teria forçosamente, que ser o passo seguinte. As cobranças, por parte da comunidade, se sucediam em tal volume e intensidade, exigindo a formulação de respostas acordes com as necessidades de segurança do ambiente. Instituições de maior porte, como as Polícias Militares dos Estados de São Paulo, Minas Gerais e Rio Grande do Sul, tomaram a dianteira. A de São Paulo, por exemplo, dispôse à iniciativa pioneira de implantar sua 5ª Seção do Estado Maior, responsável pelo trato com os Assuntos Cíveis, servindo de modelo para as demais congêneres.

A Polícia Militar do Estado do Ceará, Corporação de nível médio, às voltas com as características culturais e limitações sócio-econômicas próprias da região, enfrentou um quadro de resistências que a retardou no desenvolvimento da integração com o meio.

Após a implantação e funcionamento dos Conselhos Comunicatários de Segurança, impunha-se a instituição de mecanismos capazes de dar respostas efetivas aos questionamentos apresentados.

A divisão da área metropolitana em 56 Setores de Policiamento Ostensivo viria atender em parte àquela exigência. Cada um dos ~~Setores~~ Setores ficaria sob a responsabilidade de um oficial subalterno que, semelhantemente, seria o assessor técnico e o elo

---

de ligação entre a comunidade considerada e o Sistema Operacional da Corporação.

Ainda como atribuição do Comandante do Setor de policiamento Ostensivo, <sup>cabia-lhe</sup> era-lhe cabido a tarefa de sentir o ambiente, mediante a realização diária de visitas aos representantes dos mais diversos organismos vivos da sociedade e aos mais variados locais de riscos. Assim é que ele visitaria diretores de <sup>e</sup> Estabelecimentos de Ensino de diferenciados níveis, diretores de hospitais, de indústrias, proprietários de estabelecimentos comerciais, representantes sindicais e de outras entidades de classes, diretores de clubes de serviço e de clubes sociais, titulares de Pastas Estaduais e Municipais, chefes de repartições de serviço público, residências familiares por escolha aleatória, Delegados de Polícia Civil e chefes de postos policiais da PC, policiais militares residentes na área e outros, além de Associações ligadas à Federação dos Bairros e Favelas de Fortaleza, locais de difícil acesso e sem registro na carta da cidade, lupanares, hotéis, bares, clubes suburbanos etc. Por ocasião destas visitas seriam repassadas informações sobre a missão da Corporação, sobre a <sup>M</sup>intenção da PM de integrar-se com a comunidade; dados, sobre a existência, localização, funcionamento e dias de reuniões dos Conselhos Comunitários de Segurança, etc. Estabelecido o diálogo, ficaria desde já, possibilitado <sup>a</sup> a colheita de opiniões a respeito da atuação da Corporação no Setor, informes e informações a respeito de pessoas suspeitas, de locais de risco, de ocorrências de delitos mais frequentes etc.

Ao final de cada semana o oficial responsável elaboraria relatório circunstanciado relativo ao levantamento realizado e das providências necessárias, além de dados relacionados com as

---

suntos debatidos em reuniões dos CCS, encaminhando-o ao Cmt da Companhia de Polícia Militar e esta ao BPM da área de policiamento.

Os Setores de Policiamento, conforme a segmentação realizada na carta, seriam aglutinados, em grupos que variariam de 3 a 6, em torno de uma Cia PM destacada e esta reunida a mais duas e até cinco, sob o comando de um BPM. Os BPMs por sua vez, subordinados ao Comando do Policiamento da Capital.

A conjugação dos Conselhos Comunitários de Segurança com a setorização do policiamento ostensivo, aliado à implantação do Policiamento Comunitário e das Comunidades Regionais de Informações (de<sup>a</sup> que aludirei adiante) tem assegurado a realização de um planejamento fundado em dados colhidos no ambiente, além de remoção de oportunidades de delinquir e do estabelecimento da Segurança Subjetiva como clima.

---

#### IV - POLICIAMENTO COMUNITÁRIO

Com a instituição e implantação dos Conselhos Comunitários de Segurança (CCS) os problemas relativos à segurança da população começaram a aflorar com mais intensidade e clareza, evidenciando suas causas mais emergentes e exigindo de parte da Corporação providências concretas.

A comunidade já não agia passivamente, e começava a inserir-se no contexto, levantando e discutindo as razões da intranquilidade reinante, produzindo informes e informações que poderiam contribuir para a solução e até propondo soluções para a problemática.

Por outro lado a atuação dos Oficiais Comandantes de Setores de Policiamento Ostensivo, mediante seu trabalho de levantamento da demanda, permitindo sentir o ambiente, somava-se à dos CCS, fornecendo, destarte, um quadro real da situação de segurança comunitária e assim, condições para elaboração de um planejamento operacional em bases sólidas.

O exemplo de outras Corporações Policiais Militares, como as de São Paulo, Rio Grande do Sul e Pernambuco, a partir dos resultados obtidos, nos animaram a adaptar o modelo à nossa

---

realidade operacional.

A intenção era a conquista da compreensão da aceitação e do apoio da comunidade para as ações da Corporação.

Os primeiros passos já se tinham efetivado, os questionamentos já se faziam no seio da comunidade, exigindo respostas rápidas e precisas.

Mais próxima e mais identificada com nossas características sócio-culturais, a PM de Pernambuco, pelo sucesso obtido com a Operação Patrulha do Bairro, serviu-nos de parâmetro para a criação do nosso Policiamento Comunitário.

Após acurada análise de custo/benefício verificou-se que se deveria ampliar o módulo, ou seja, em lugar de se empregar em cada grupo apenas duas duplas de PM, utilizar-se-ia<sup>m</sup> quatro duplas a pé e duas duplas de motociclistas, sob o comando de um graduado.

As duplas de policiamento em motocicletas cumprem um itinerário periférico ao setor e em apoio às duplas a pé, além de servir de contato entre estas e o Comandante da Unidade Modular, em geral fixo no Ponto Base da viatura celular.

O Policiamento Comunitário objetiva, basicamente:

- 1) 1) Marcar presença da PM no seio da comunidade considerada;
- 2) Propiciar um perfeito relacionamento PM/Comunidade;
- 3) Buscar, através do contato direto, os reais anseios da sociedade em termos de segurança;

- 4) Conhecer, minuciosamente, os moradores e seus usos e costumes de forma a adaptar o policiamento a estas peculiaridades;
- 5) Detectar a existência de elementos, cujos comportamentos, se mostrem contrários à sadia convivência comunitária;
- 6) Remover a oportunidade de delinquir;
- 7) Fazer com que a comunidade considere a fração empenhada em seu bairro, como "a seu serviço";
- 8) Despertar no policial militar o sentimento de bem servir com distinção e dignidade;
- 9) Ambientar o policial militar em sua área de serviço de modo a torná-lo um profundo conhecedor do local;
- 10) Fortalecer o espírito de corpo entre os componentes do Policiamento Comunitário, mediante a divisão de tarefas;
- 11) Conquistar a confiança, a aceitação, a compreensão e o apoio da comunidade para as ações da Corporação;
- 12) Atender prioritariamente, ajustados os interesses das partes PM/Comunidade, às sugestões e solicitações dos Conselhos Comunitários de Segurança.

Sempre que solicitada, a Unidade Modular de Policiamento Comunitário comparece às reuniões dos CCS e com seus membros debate em torno de questões de interesse comum. Neste trabalho, a transparência e a honestidade de propósitos constituem fatores

de primordial importância para a consecução do consenso.

Há que se registrar um importante indicativo de que o esforço para consecução desta integração tem produzido o efeito colimado. A facilidade com que as pessoas inescrupulosas, despreparadas e mais das vezes com interesses escusos, tem tido acesso aos veículos de comunicação social, em especial ao rádio, para dar vazão às suas paixões pessoais, tem sido, largamente, aproveitada para lançar impropérios contra a Corporação, visando denegrir sua imagem e minar seu conceito ante a comunidade.

A esta ação nefasta tem reagido de pronto os Conselhos Comunitários de Segurança e mesmo pessoas beneficiárias dos trabalhos da PM, realizando ligações telefônicas para as emissoras de rádio, comparecendo às redações de jornais e até concedendo entrevistas a emissoras de televisão, contestando as críticas descabidas e ressaltando a ação interativa e de integração PM/POVO.

Outro indicador importante do sucesso desta política tem sido as continuadas homenagens de que têm sido alvo os integrantes das Unidades Modulares de Policiamento Comunitário, por parte de Escolas, Associações de Bairros, e outros, e que tem servido para despertar no PM o espírito público de bem servir, aumentando ainda mais sua responsabilidade.

## V - AÇÃO CÍVICO SOCIAL (ACISO)

A Capital cearense, nos últimos 20 anos, tem sido invadidda por verdadeiras levas de pessoas oriundas do meio rural, enxotadas pelos paradoxais fenômenos das enchentes e das secas, que se repetem quase que, continuamente, de forma cíclica.

Esta mobilidade social veio encontrar uma cidade totalmente despreparada para enfrentar os problemas de cunho infraestrutural dela decorrentes.

Com isto, ao contrário de se desenvolver pelo crescimento, refletindo seus efeitos no meio rural, como é de boa orientação da geopolítica, sofreu um verdadeiro inchamento urbano, desordenado na sua essência e promotor de desesperança, de ausência de perspectiva e de miséria, agravada ainda mais pela crise política econômica por que passou e ainda atravessa o País.

Este foco de pobreza e de miséria quase que absoluta, trouxe consigo, como era de se esperar, o crescimento do índice de criminalidade, do número de crianças abandonadas ou vivendo em completa promiscuidade em pupanares, que se multiplicaram pelas periferias e ainda, do número de mendicantes e ambulantes nos centros comerciais da cidade.

---

O quadro exigia uma ação efetiva por parte dos órgãos de segurança do Estado, em especial de parte da Polícia Militar.

A simples realização do policiamento ostensivo não basta va para conter a onda de violência que tomava conta da cidade. Embora não sendo atributo da Corporação dar combate às causas do problema, pois de cunho social bem mais profundo, algo deve ria ser feito no sentido de, pelo menos parcialmente, conter aquela avalanche.

A criação dos Conselhos Comunitários de Segurança e a Instituição dos Setores de Policiamento Ostensivo vieram contri buir, pela produção de informações, para identificação e locali zação dos principais focos de miséria, verdadeiros potenciais, quando não, poder de criminalidade.

Da mesma forma, ficou possibilitada a identificação das causas mais emergentes desta tendência para a prática delitiva e que eram, perfeitamente, passíveis de combate pela Corpora ção.

Na grande maioria, as favelas eram habitadas por pessoas totalmente desinformadas e desorientadas, desprovidas de qual quer documento pessoal ou de outro preparo profissional, que não a de agropastoril, capaz de habilitá-las a um emprego, por mais simples que fosse. Vivendo em condições subhumanas, quase sem alimentação, em precaríssimas condições de higiene, o surgimen to de surtos de doenças epidêmicas veio em seguida, agravando o quadro ainda mais pela completa ausência de assistência médico hospitalar. Nos locais onde existiam equipamentos assistenciais, além de insuficientes e deficientes, ainda enfrentava um grava me da barreira psicológica do contraste entre a limpeza do ambi

---

ente dos postos de atendimentos e a sujeira generalizada dos casebres e da falta de higiene das pessoas, o que as fazia pensar que aqueles locais eram destinados a "pessoas da sociedade".

Era preciso que se procurasse criar condições que permitissem romper esse obstáculo, saindo-se da postura passiva de atuar apenas nas consequências, como se a prevenir a criminalidade de forma estática, admitindo-se, apaticamente, o fato da existência e do surgimento futuro de criminosos.

Seguindo orientação de há muito firmada pelas IP/PM-5 IGPM, elaborou-se planejamento para realização de Ações Cívico Sociais junto àqueles segmentos mais carentes e onde o índice de criminalidade, de analfabetismo, de crianças abandonadas, de jovens desocupados etc., era mais evidente.

Buscou-se o concurso das forças vivas da sociedade, de todos os órgãos de Governo Federal, Estadual e Municipal, cuja cultura de atuação sempre foi, igualmente, de forma passiva. A idéia era, não só a de sair do interior das repartições e ir ao encontro do ambiente mas, é principalmente procurar orientar no sentido de que as pessoas deveriam procurar assistências onde estas existiam. Era a própria prevenção da criminalidade do ponto de vista dinâmico, buscando-se prevenir não só o ato delituoso, mas e também a transformação do potencial em poder efetivo de criminalidade.

Implantadas, definitivamente, na Capital, passou-se à ação no interior do Estado, atendendo como é óbvio às peculiaridades e necessidades assistenciais e de orientação de cada região, de forma a contribuir para a fixação do homem tanto nas áreas urbanas quanto no meio rural.

As atividades de Ação Cívico Social sempre contaram com o apoio irrestrito dos Conselhos Comunitários de Segurança, tanto na Capital como no Interior, sendo que a participação do pessoal da Corporação, tanto o formado como o em formação e aperfeiçoamento tornou-se obrigatória e a título de missão ou de instrução.

Por vezes as ACISOS ~~s~~ sucederam à criação dos CCS e em outras procederam-nos, dependendo da premência ou não do atendimento. Em qualquer dos casos os Conselhos Comunitários de Segurança já instituídos tem colaborado de forma voluntária e intensa.

Verifica-se que o procedimento sistêmico de atuação dos CCS, dos Setores de Policiamento Ostensivo, do Policiamento Comunitário e das Ações Cívico Sociais, de forma intercomplementar e interdependente, além de permitir a promoção efetiva da integração PM/Comunidade tem assegurado um significativo decréscimo no número de ilícitos penais e até um crescimento na oferta de mão-de-obra primária com a consequente queda no nível de desemprego.

## VI - PM-TUR - SEGURANÇA E INFORMAÇÕES TURÍSTICAS

A Capital cearense sempre foi cantada em versos e prosa em face das belezas naturais que sua conformação geográfica encerra, em especial seu vasto litoral, de praias muito bonitas, constantemente, banhadas por um Sol abundante (de janeiro a dezembro), o que tem constituído excelente atrativo turístico.

Acoplado a este fator, o rico artesanato, as comidas típicas, o folclore e outros fatores, como por exemplo, os preços módicos, bem abaixo de outros centros do País, têm contribuído para o crescimento, a cada ano, do fluxo turístico para Fortaleza.

Este fato não passou despercebido dos meliantes locais e de outras praças, que começaram a agir de forma ostensiva e ousada, como a desafiar o aparato policial, não muito afeito com esta tipicidade criminal.

Em meados do ano de 1986, um assalto seguido de morte de um casal de turistas teve grande repercussão na imprensa local e nacional, pela forma perversa com que foi praticada por marginais perigosos vindos de outros centros.

No mesmo período, acabava de assumir o poder municipal

---

o Partido dos Trabalhadores que, agora como "vidraça" nada fazia para se manter incólume às "pedras".

Os buracos e o lixo dominavam a cidade, enquanto os barnabês municipais se revejavam em greves seguidas, levando a administração pública a um estado caótico. Este estado de coisas foi, igualmente, motivo de seguidas reportagens jornalísticas de repercussão nacional.

Tudo isto contribuiu para o afastamento do turismo de Fortaleza para outras capitais do Nordeste, em flagrante prejuízo para o empresariado do setor e assim para toda administração estadual.

Urgia, por conseguinte, providências no sentido de reverter o quadro, haja vista que era imperioso para o novo Governo Estadual, então instalado, desenvolver a vocação turística natural do Estado, como forma de gerar receita para o cumprimento de seu projeto administrativo.

O Comando da Polícia Militar foi, então, instado a se pronunciar a respeito, vez que além deste, outros gravames na área de segurança pública no Estado, como era o caso do crime de pistolagem, <sup>que</sup> grassava no território cearense.

Surgiu daí a idéia de se criar um grupamento policial militar, especialmente, preparado para oferecer ao turista que ali aportasse, condições de tranquilidade e segurança e o fornecimento de um fluxo de informações, que contribuísse para o aumento nas taxas de ocupação da rede hoteleira e ainda da taxa de permanência nesta mesma rede.

Com este objetivo, realizou-se recrutamento, seleção e

formação de pessoal, contando com o apoio da Universidade Federal do Ceará, da Empresa Cearense de Turismo e da Associação Brasileira de Relações Públicas - Seção do Ceará.

Elaborado o projeto, o aporte de recursos veio em seguida e no dia 04 de julho de 1987 era inaugurado, aproveitando-se a oportunidade de alta estação do meio do ano.

O projeto consiste, basicamente, na alocação de cabinas de informações ao longo de toda área litorânea da Capital, nos locais de embarque e desembarque de passageiros, nas áreas e logradouros de comercialização de artesanatos e de clubes e restaurantes, no Centro de Turismo da Empresa Cearense de Turismo (EMCETUR) e em locais de tradição histórica. As cabinas, em geral, com dois policiais militares são apoiadas por duplas de PMs em patrulhamento que, semelhantemente, ao serem procurados, também prestam informações. Todo o efetivo empenhado, além do treinamento específico, está também, relativamente, habilitado a fornecer informações em línguas inglesa e francesa.

Na área de banhistas, um grupamento do Corpo de Bombeiros realiza o trabalho de busca e salvamento de afogados e inibe, concomitantemente, ação dos chamados "ratos de praia".

Apoiando estes sistemas, viaturas patrulham toda a área coberta pelo projeto, além de ambulâncias tipo Unidade Tática de Emergência (UTE), que realizam tarefas de "ressuscitamento" de pessoas afogadas e as conduzem a hospitais mais próximos da área.

Seis meses após a implantação do projeto o fluxo de turistas aumentou, significativamente, ao ponto de a taxa de ocu

---

pação hoteleira subir de uma média de 35% para 67,8%.

A repercussão do trabalho transpôs fronteiras e já no Congresso Brasileiro de Agentes de Viagem (ABAV) realizado em São Paulo no ano de 1987, ao ser exibido em estande de Exposição ali realizada, bem assim em plenário do conclave, constituiu "carro chefe" das empresas cearenses do ramo e da Seção da ABAV alencarina para conquistar a prioridade de realização do próximo evento da categoria no Estado, o que ocorreu em agosto do ano corrente.

Neste Congresso a Polícia Militar ocupou local de destaque, sendo um dos apelos publicitários para incentivo às Agências de Viagem em investir no Ceará o Slogan "Segurança + Belezas Naturais = Ceará".

## VII- O ESPORTE COMO FATOR INIBIDOR DA DELINQUÊNCIA

Os estabelecimentos de ensino da rede oficial disseminados pelos bairros periféricos da Capital, nos municípios integrantes da área metropolitana e nas cidades de maior porte do hinterland cearense tem sido alvo da ação de traficantes de tóxicos, além de abrigarem o alunado pertencente à classe menos privilegiada e, por conseguinte, com educação familiar de baixo nível.

Este fato tem sido causa de atos de vandalismo e de destruição do aparelhamento escolar de propriedade pública, além de colocar as famílias dos alunos em estado de polvorosa, por verem seus filhos enveredarem por um caminho muito perigoso ao invés de conseguirem a formação necessária ao seu crescimento futuro.

Nos períodos de férias escolares este quadro se complica ainda mais em face do aspecto da ociosidade, vez que integrantes de um segmento carente, os jovens estudantes não têm como ocupar seu tempo vago com lazer do tipo viagens, praias, cinema, etc. E aí, a única solução é o caminho das drogas e do crime.

Ante esta situação e ouvindo o clamor dos Conselhos Comunitários de Segurança, o Comandante Geral da Polícia Militar resolveu instituir um programa desportivo de forma a alcançar todo o universo de estudantes da rede oficial.

Para tal buscou o apoio de órgãos oficiais do setor e do programa "Esporte para todos", sendo que as atividades, envolvendo diversas modalidades, são levadas a efeito, no decurso do ano letivo, no período noturno e, no período de férias escolares, nos três turnos.

Na Capital, os estabelecimentos de ensino foram divididos por bairros contíguos, que realizariam certames eliminatórios, sob a coordenação e orientação de Organização Policial Militar incrustada na área e contando ainda com a colaboração das Universidade Federal do Ceará (UFCE) e de Fortaleza (UNIFOR) através de seus Cursos de Educação Física.

Ao final de cada semestre letivo as diversas equipes vencedoras de seus bairros, reúnem-se em novos certames, de forma a que suas realizações ocupem todo período ocioso de férias.

O programa prevê um trabalho de ação psicológica de forma a despertar no alunado um espírito de emulação por bairro, capaz de aglutiná-los na defesa de qualquer das equipes que logre êxito no certame de eliminação. A idéia é fazer com que o maior número possível de alunos compareçam aos jogos — como atletas ou como torcedores.

Sempre que possível, antes de cada disputa esportiva, realiza-se exibição de filmes entremeados por mensagens relativas aos males advindos do uso de substâncias entorpecentes e de

como agem os traficantes.

Nos períodos de férias escolares os alunos dos Cursos de formação são empenhados em tarefas de controle e coordenação das disputas.

Este programa tem contribuído marcadamente para a diminuição do tráfico e uso de tóxico nas escolas, além da manutenção e conservação das instalações físicas das Escolas.

## VIII - SEGURANÇA ESCOLAR

A cada dia surge <sup>mn</sup>novas modalidades de crimes, provocando uma maior apreensão na sociedade.

A população tem assistido com frequência, pela mídia, no tícias sobre a prática de atos de violência, até então incomuns em nosso meio.

Como se não bastassem os atos de vandalismos praticados por grupos malfeitores, identificados como pichadores, agora te mos que conviver com as brigas de gangs e os abomináveis arra stões.

A sociedade fica chocada cada vez que são praticadas agressões físicas contra colégios nas áreas próximas a seus co légios e vêem seus bens destruídos violentamente, não importan do se é um par de tênis, uma pulseira, chegando às rais do ab surdo de terem os cabelos aparados, como resultados que vão des de lesão física até o trauma psicológico.

Diante do surgimento dessas práticas, e visando preser var a ordem pública, a Polícia Militar do Ceará diversificou duas ações de policiamento, incluindo no seu cotidiano de proce dimentos ostensivos a SEGURANÇA ESCOLAR.

Este programa já vinha sendo experimentado desde o início do atual Governo, mediante o emprego de viaturas do pelotão de Rondas Escolares, que permite uma maior mobilidade, entretanto apresentava uma deficiência: a não presença efetiva do policial nas áreas de riscos.

Para atender ao grande número de solicitações originárias dos diretores, professores, pais e dos próprios alunos, o Comando da Polícia Militar cogita transformar o pelotão de Rondas Escolares em Batalhão Escolar, cujo embrião será a COMPANHIA ESCOLAR que funcionará em fase piloto no Quartel recém-construído no Conjunto Ceará.

A partir da instalação da Companhia Escolar a comunidade poderá contar com a cobertura policial nas proximidades das escolas públicas estaduais.

A atuação do policiamento inclui a segurança física dos professores, alunos e servidores dos estabelecimentos de ensino, proteção das instalações, além de servir como referencial para as comunidades que habitam nas vizinhanças dos colégios.

## IX - PROGRAMA DE APOIO AO ADOLESCENTE-INFANTE

O diagnóstico é sempre o mesmo: Menor abandonado, futuro marginal, é problema para a Polícia. É desta forma que a maioria da população vê a criança e o adolescente carentes.

Existe um sem-número de entidades e de pessoas que se dizem comprometidas com o problema, mas que na verdade, quanto muito, se fecham em reuniões formando comissões, participando de encontros e seminários para discutirem o assunto sem que apresentem medidas concretas para a solução do problema. Geralmente o fecho dos conclaves, das pesquisas, dos estudos e dos movimentos, sempre apontam para o mesmo horizonte: o problema é do Governo, o problema é do Estado, faltam programas para essa comunidade, e tudo volta a ser como era antes, o carente continua carente às desgraças, nas mãos de exploradores, continua nas ruas mendigando, roubando, cheirando cola e incomodando os pacatos cidadãos de bem. O carente continua sendo o problema para a Polícia .

O Estatuto da Criança e do Adolescente é um referencial de comportamento para a sociedade e para os órgãos governamentais, e deve ser seguido mesmo com os confrontos e distorções.

---

Como entidade comprometida com o futuro dos menores carentes a Polícia Militar do Ceará instituiu um programa denominado de INFANTO-JUVENIL TIRADENTES.

O programa é destinado a crianças e adolescentes na faixa etária compreendida entre 08 (oito) e 17 (dezesete) anos de idade, os quais após uma seleção passaram, por um período de escolaridade cívica e amadora, quando recebem instruções sobre conduta social, conduta cívica, socorros de urgência e são preparados para atuarem nas passagens escolares da rede particular.

A preparação física e o acompanhamento das condições de saúde são preocupações da Corporação antes de colocar o INFANTE em contato com a atividade suplementar de segurança.

O programa conta com a colaboração da Fundação Centro-Brasileira para a Infância e para a Adolescência (FCBIA) e já funciona há mais de três anos em algumas unidades e subunidades da Capital e do Interior, tendo como unidade central de coordenação o Batalhão de Polícia de Trânsito.

## CONCLUSÃO

No decurso deste despretencioso trabalho, algumas expressões como comunidade, ambiente, integração, interação, comunicação, público, preservação da ordem, conflitos de interesses e instituição social, estiveram sempre presentes de forma interligada a Polícia Militar, servindo de suporte à sua idéia força.

O foco da questão apresentada centra-se no fato de que, na relação PM/Povo, com vistas à consecução teleológica do bem comum, impõe-se o estabelecimento de um canal livre de comunicação, uma rua de duas mãos, de forma a permitir uma compreensão e cooperação mútuas, com vistas ao combate à violência.

Neste mister, antes de qualquer outra elucidação, há que se conceber uma Polícia Militar, eminentemente, voltada para seu ambiente operacional, objeto maior de sua atenção, numa moderna visão de sistema aberto, onde o insumo básico de sua entrada permita um processamento capaz de gerar saídas efetivas em forma de preservação da ordem pública.

Sob este prisma, a solução para o impasse, configurado no avanço da criminalidade, funda-se menos no aumento do aparato policial, no armamento da população, no enclausuramento das

pe<sup>so</sup>as em suas residências castelares e mais no aprimoramento do espírito público do policial militar, voltado para o respeito às liberdades e garantias individuais do cidadão e na consecução da confiança, da compreensão e do apoio participativo da comunidade.

Num outro plano, é necessário que o Estado busque assegurar, dentro desta comunidade, os aspectos que lhe dão estabilidade nas suas relações políticas, econômicas e psicossociais, preservando a propriedade, o capital e o trabalho, geradores do equilíbrio e do interesse sociais.

O texto constitucional vigente é, assazmente, claro, quando afirma que a segurança é dever do Estado, direito e responsabilidade de todos. Deste primado legal pode-se inferir que o estado de segurança em que pode se achar uma comunidade é resultante da conjugação participativa dos esforços de todos os órgãos integrantes do macro sistema estadual, adicionada à cooperação consciente e responsável de cada beneficiário deste estado.

E assim sendo, a obrigação pela geração deste clima não faz exclusividade da Polícia Militar e de órgãos afins do esforço, mas também de todos os demais, como os ligados às áreas de educação, saúde, trabalho, economia, ciência e tecnologia, indústria e comércio, previdência social e outros, influenciadores diretos ou indiretos no resultado final do processo.

*Cabe a*  
A comunidade, ora grandemente organizada, é ~~cabido~~ o papel de, pela interação consciente e responsável, discutir os problemas por ela gerados, produzir os insumos de entrada do

processo gerencial e propor soluções satisfacentes de suas necessidades de segurança, de forma a permitir o ajustamento de seus interesses com os interesses institucionais de todos os integrantes do grande sistema estadual, em especial com os da Polícia Militar.

Portanto, o equilíbrio homeostático só se consubstanciará mediante o engajamento de todos os subsistemas interligados e interdependentes, sem o que, não se logrará êxito no esforço empreendido.

A Polícia Militar, em particular, é reservada a tarefa de remover oportunidades de delinquir, mediante o proficiente exercício de sua destinação legal, fazendo-se muito mais instrumento de prevenção e de defesa social, sempre buscando uma visão de futuro, pela análise das causas presentes.

É-lhe primordial ocupar espaços, não só aqueles deixados pela ausência da ação do poder público e também os resultados da própria dinâmica social. Instituição social que é, a Polícia Militar está umbilicalmente ligada à comunidade e dela é parte integrante, carecendo por conseguinte, crescer e se desenvolver com ela e até antecipar-se no preparo para o enfrentamento de problemas futuros, capazes de comprometer sua situação de segurança.

A garantia de sua (da PM) efetividade presente e futura pousada na eficiência e eficácia com que buscar a participação da comunidade na solução dos problemas gerados no ambiente e na capacitação e compreensão de seus integrantes para o enfrentamento dessa realidade.

A preocupação com a opinião pública deve partir sempre do pressuposto de que esta depende diretamente da melhor ou pior forma com que se desimcubir de sua missão. E o procediemnto mais acertado, de há muito vem sendo ensinado pelos estudiosos dos assuntos, dos quais podemos citar Celso Feliciano de Oliveira, Jerônimo Carlos Santos Braga e Francklin Bezerra de Oliveira, além da própria Inspetoria Geral das Pólicas Militares, que sempre pregaram a necessidade de integração da Corporação com a comunidade. Profetas armados, como diria Machiavelli? Talvez! A verdade é que a municipalização das ações governamentais já é uma realidade constitucional e a tendência é para uma maior intensificação neste sentido e para o que deverá a Instituição estar preparada.

É imperioso que ela se mostre necessária e imprescindíível aos olhos da comunidade, de forma a justificar a permanência de sua existência, pois em breve outras transformações político sociais haverão de vir, exigindo-lhe um desempenho cada vez mais coerente com suas necessidades de segurança.

Os instrumentos para a promoção de sua integração com o ambiente estão aí à disposição e <sup>sua</sup> cuja eficiência e ~~eficácia~~ já estão fartamente comprovados. *redundância*

~~Embora se saiba que este não é o objeto final da Corpora~~  
~~ção, como também não são o policiamento ostensivo, a defesa ci~~  
~~vil e outras saídas do sistema, mas a preservação da ordem pú~~  
~~blica, sua efetivação é condição~~ <sup>"sine qua non"</sup> ~~"sinequa"~~ para assegurar a permanência institucional no tempo e no espaço.

Sob o prisma desta visão sistêmica, permanecer numa miopia de marketing é ignorar a possibilidade de ocorrência de

transformação sócio-institucionais futuras, é permitir o alas  
tramento entrópico da Corporação, é, enfim, abandoná-la à pró  
pria sorte, ao caos.

Como se vê, a Comunidade se une para um fim, <sup>que é</sup> bus  
cando o bem comum dos integrantes. E dela deve a Polícia Mili  
tar se servir para alcançar um objetivo que lhe será desenvolvi  
do em forma de experimentação de uma sensação de paz, tranqüili  
dade e bem-estar, ou seja: Segurança Pública.

Assim, ao finalizar este estudo, desejo fazê-lo com a  
certeza que contribui para um melhor desempenho técnico-profis  
sional. É bem verdade que essa monografia poderá, e deve ser apro  
fundada pelo Estado Maior da Polícia Militar de Goiás, ou por pes  
soas interessadas no assunto, <sup>para</sup> ~~e~~ que, de alguma forma, este traba  
lho sirva de referencial ou subsídios para a implantação de tra  
balhos futuros, na comunidade do Estado de Goiás.

## BIBLIOGRAFIA

LEITE, José Romero Rodrigues. Polícias Militares. Suporte para o Desenvolvimento do Turismo. São Paulo: CSP/I-85, 1985.

MACHIAVELLI, Nicollo. O Príncipe. Rio de Janeiro: Tecnoprint, 1989.

MC LUHAN, Marschall & CARPENTER, Edmund. Revolução na Comunicação. 4ª edição, Rio de Janeiro, 1980.

MEIRELLES, Hely Lopes. Direito Administrativo Brasileiro. 14ª edição, São Paulo : Revista dos Tribunais, 1989.

OLIVEIRA, Celso Feliciano de. Manual de Ensino Fundamental de Assuntos Cíveis. São Paulo : APMBB, s/d.

PENTEADO, J.R. Whitaker. Relações Públicas nas Empresas Modernas. Lisboa : Centro do Livro Brasileiro, 1969.

POPOLÍCTA MILITAR DO ESTADO DE SÃO PAULO. Notas de aula de Processo Decisório - PM/5 CSP/II-89 CAES.

---

# A N E X O S



*A PMCE  
sempre é  
chamada a  
colaborar  
com outros  
órgãos  
governamentais*



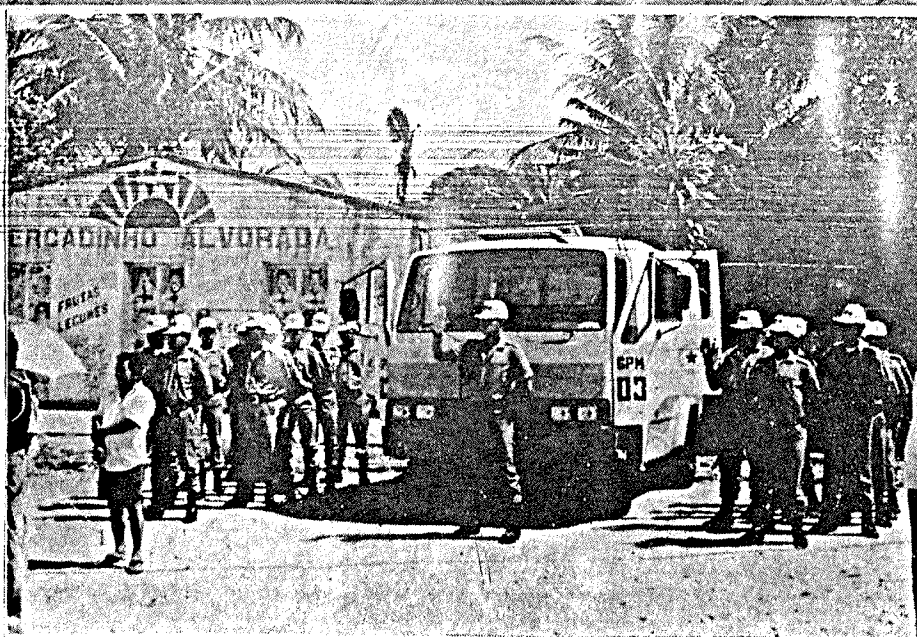
*Flagrante da reunião de líderes da Comissão dos Direitos Humanos com o  
Comando da PMCE*



*Instalação do Conselho Comunitário do Conjunto São Bernardo*

# Integração com a Comunidade

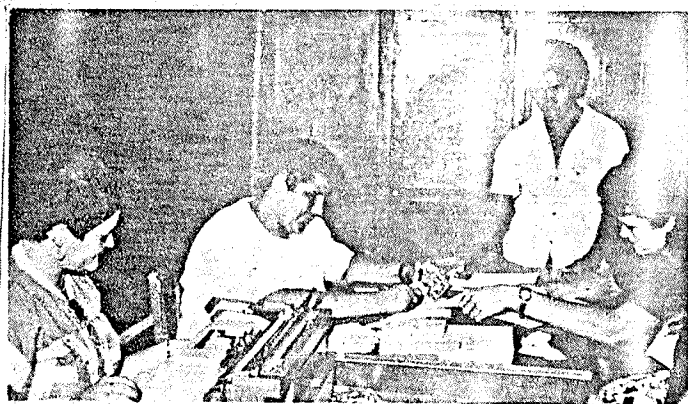
## Eis a Filolosoфия de Comunidade da PMCE



Viatura do GPM Móvel - 24:00h na comunidade



*Aciso: Serviços para a Comunidade  
Informações para a Polícia Militar*



*Durante a realização da Aciso, foram fornecidas saúde, com a participação da Delegacia Regional de Saúde de Tianguá*



*Paralelamente ao Congresso, a Polícia Militar realizou Aciso. Na foto, a equipe de odontologia atuando em Tianguá*



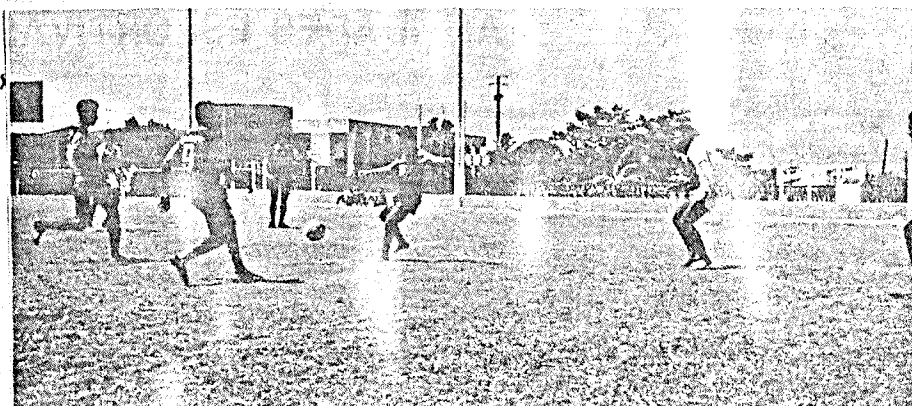
*Durante a Aciso as crianças foram vacinadas com BCG e anti-sarampo, com apoio do Leo Clube de Ubajara*

# UM PROJETO QUE DEU CERTO



Na orla  
marítima a  
presença  
contínua de  
homens da  
PM-TUR.





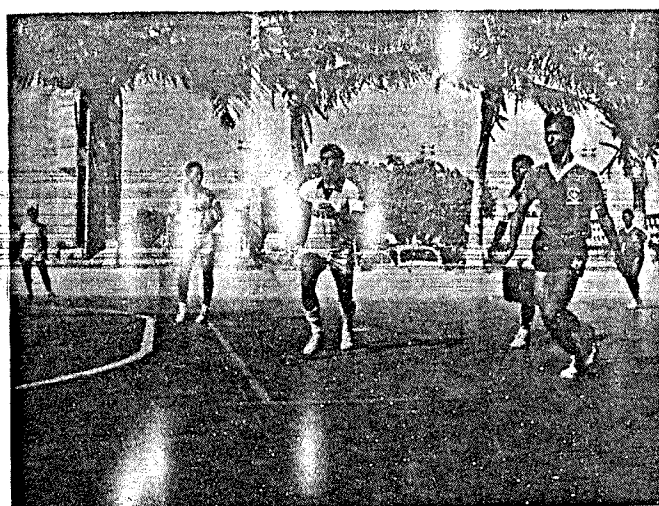
FUTEBOL DE CAMPO



HANDBALL



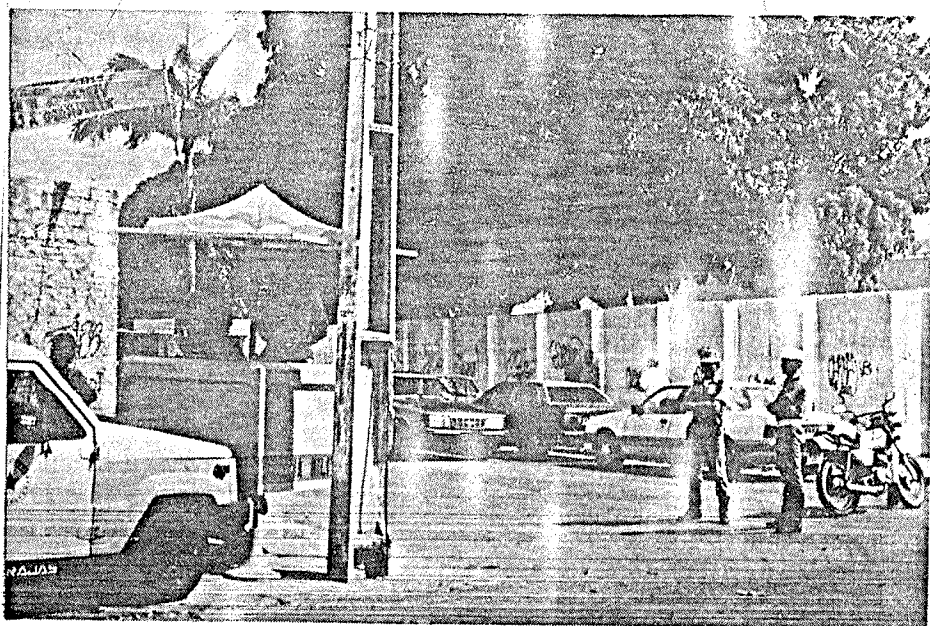
BASQUETE



FUTEBOL DE SALÃO



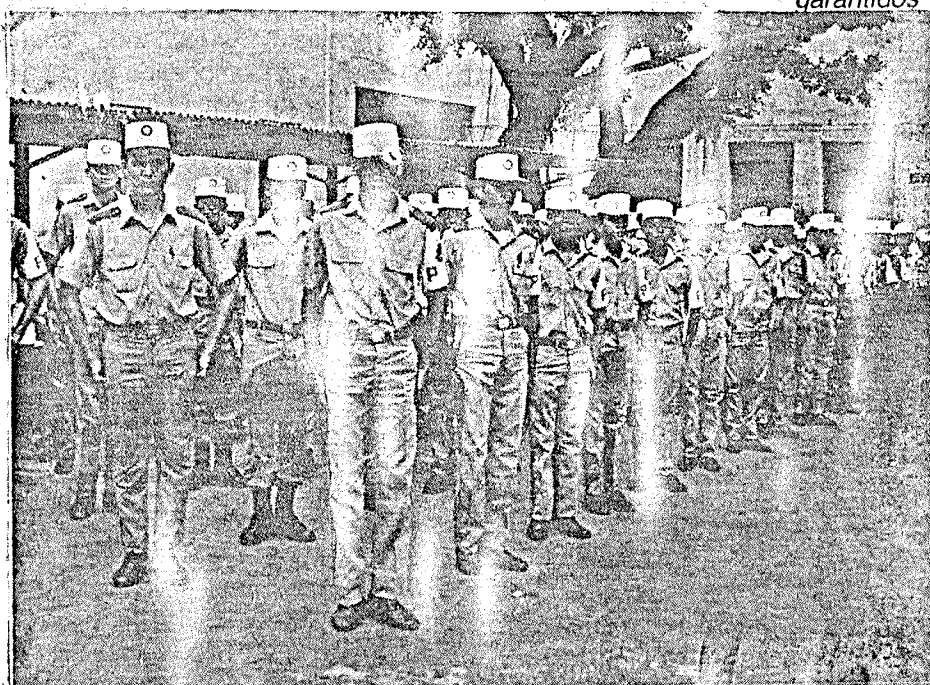
*Cmt Geral  
por ocasião  
do lançamento  
oficial do  
projeto  
Segurança  
Escolar*



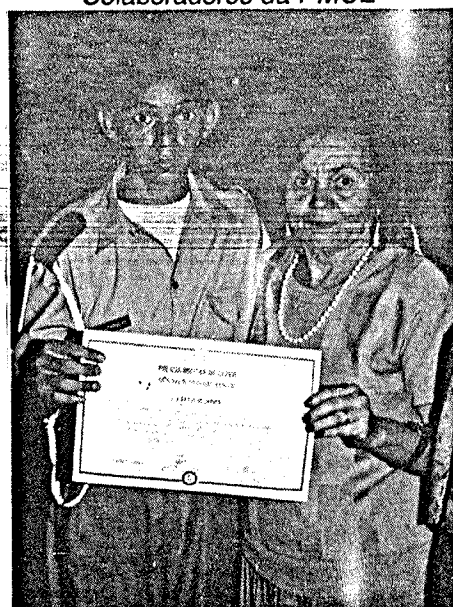
*PMs em cabines protegem professores, alunos e servidores e defendem os  
prédios das escolas*



*Uma vez  
formado  
- Trabalho  
e estudos  
garantidos*



*Formatura de infantes do BPTRAN  
Colaboradores da PMCE*



*Incentivo ao pequeno homem  
Diplomação de um infante do BPTRAN*